

## **PIAUI: OS SILÊNCIOS REVISITADOS (ANOS 80 E 90)**

**Cláudia Cristina da Silva Fontinelles – UESPI/CEFET**

### **1- Introdução**

A história recente do Piauí apresenta uma lacuna muito grande em relação à compreensão dos eventos que ocorreram entre as décadas de 1980 e 1990, sobretudo relativas às tensões ocorridas entre os funcionários públicos estaduais e o Poder Público. A maior de todas foi relativa à educação, posto que neste período houve uma greve de um semestre letivo no ano de 1989 e a perda do ano letivo no ano de 1990 também em função das greves. É sobre esse contexto que versa este artigo.

### **2 - A configuração de um cenário sombrio.**

No segundo mandato do governador Alberto Tavares Silva, o principal oponente que ele se defronta é o funcionalismo público estadual, sobretudo os professores. Estes tinham sido seu principal aliado de campanha, como mostram algumas fontes consultadas e algumas entrevistas com sujeitos que vivenciaram tal período histórico. Isso é revelado pela canção da campanha eleitoral entoada por muitos professores da época, como é lembrado pela professora da rede estadual de ensino, Maria Moura:

O Karnak<sup>i</sup> desgarrado, sem administração  
Vou votar no Alberto Silva no dia da eleição  
É o povo querendo Alberto  
É o Alberto querendo o povo  
É o povo querendo o Alberto  
Pra governar de novo<sup>ii</sup>

O editorial do Jornal O Dia, do dia dois de agosto de 1989 – referente ao tratamento dado aos professores grevistas pelo governo do Estado - também faz referência a este apoio da categoria dos professores à eleição do governador Alberto Silva:

O governo Alberto Silva deu, ontem, na reinauguração do Liceu Piauiense, a sua mais sobeja demonstração de despreparo para conviver com as adversidades originárias da democracia e a mais flagrante ação de desrespeito à Constituição Federal em vigor, não bastasse a ingratidão àqueles que se enganaram maciçamente nas campanhas políticas fracassadas e vitoriosas do atual governador: os professores públicos estaduais...<sup>iii</sup>

O episódio citado pelo jornal diz respeito a um confronto entre policiais e professores grevistas durante a inauguração de reformas na Escola Estadual Zacarias de Góes – Liceu Piauiense – no dia primeiro de agosto de 1989. A reforma do Liceu – uma das escolas mais

tradicionais do Estado do Piauí – durou cerca de seis meses e no dia primeiro de agosto de 1989 foi sua inauguração. Um grupo de cinquenta professores da rede estadual de ensino, em greve há mais de cem dias, fizeram-se presentes para protestar contra a ironia da situação – a festa de reinauguração de uma escola, enquanto a maioria das escolas públicas estaduais encontravam-se em greve, estando o próprio Liceu inserido no rol dessas escolas com aulas paralisadas.

Os jornais locais do dia primeiro de agosto traziam a inauguração do Liceu em suas páginas de destaque, ressaltando a importância do mesmo para a história da educação de nosso Estado, enfatizando, inclusive, que no mesmo haviam estudado membros ilustres da sociedade piauiense, dando destaque ao fato de no Liceu Piauiense ter estudado até um presidente da República – Castelo Branco. Não se demonstrava até então muito interesse da imprensa em discutir a situação em que se encontravam os alunos do Liceu no presente contemporâneo da reinauguração, vitimados pela greve na rede estadual. O foco era o passado glorioso, mesmo que o presente necessitasse também de atenção. Basta observar a matéria do caderno especial do Jornal O Estado, para conferir tal fato:

Pelos bancos do velho Liceu Piauiense já passaram nomes ilustres da política e do empresariado, não só local, como nacional. Do Liceu, já saiu até presidente da República como é o caso do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que fez seus estudos preliminares a nível de Científico, no nosso Liceu.<sup>iv</sup>

Além de fazer alusão ao suposto passado glorioso da escola, considerando como importante para a história apenas pessoas que se destacaram política e economicamente – fortalecendo a idéia de história historicizante dos líderes políticos – o jornal aplaude o suposto caráter “moderno” desta instituição de ensino: O dia de hoje, 1º de agosto de 1989, marca uma nova era na vida deste tradicional estabelecimento de ensino do Piauí. Os piauienses agora podem orgulhar-se de um colégio dentro dos padrões modernos exigidos para o ensino também moderno.<sup>v</sup> Talvez tão moderno fosse este colégio que sequer precisasse de alunos e de professores para dar-lhe sentido, uma vez que em plena reinauguração a escola estava com seus professores em greve, em virtude do achatamento salarial, além do atraso no pagamento desse salário.

### 3 - Magistério: de aliado a oponente

A decepção de muitos professores em relação aos rumos tomados pelo governo do Estado em 1989 era notória, principalmente porque houve um amplo apoio dos professores na campanha eleitoral do então candidato ao governo do Estado pelo PMDB (Partido da Mobilização Democrática Brasileira): Alberto Tavares Silva, segundo o que é possível perceber pelas falas mencionadas em jornais da época e pela fala de alguns professores entrevistados. O apoio e a conseqüente decepção também são sentidos em uma das paródias cantadas durante as manifestações grevistas em 1989 durante as reivindicações do magistério:

Magistério desgarrado, sofrendo decepção  
O governo do desmando só nos trouxe aflição  
Está de volta a chibata<sup>vi</sup>, batendo no professor  
Mas não desistiremos, estaremos firmes, sim senhor.  
O povo votou no Alberto,  
Alberto traiu o povo  
Queremos ver o Alberto  
Bem longe daqui de novo<sup>vii</sup>

A canção demonstra a dimensão da decepção com o governo estadual e, se houve decepção, pressupõem-se que tenha em, algum momento, havido expectativa em relação a melhorias no campo educacional durante esta administração. Supor que o magistério como um todo tivesse apoiado a candidatura de Alberto Silva seria ignorar a própria noção de pluralidade de interesse e de valores, comuns a sociedades democráticas, como a que estava emergindo no Brasil naquele momento de lutas pela redemocratização do país. Mas esse mesmo clima de conquistas democráticas também inspirou a confiança em melhorias significativas na realidade educacional piauiense naquele momento. O que se percebe nesta paródia, entretanto, é um intenso anseio dos professores por diálogos com o governo do Estado. Outra paródia, que integra o imaginário dos que presenciaram a manifestação do dia 1º de agosto na Praça do Liceu, que demonstra a insatisfação e a revolta dos professores com as decisões do Executivo Estadual foi a seguinte, entregue por integrantes do movimento de greve à professora Maria Moura, que as recebia e cantava:

Velho Alberto assumiu  
Prometendo pra danar  
Mas foi só demagogia  
Foi logo no outro dia

Começou a enganar<sup>viii</sup>

Em virtude de ser a “porta-voz musical” das reivindicações dos professores, a professora Maria Moura e vários colegas que se encontravam na praça Landri Sales, conhecida como praça do Liceu, durante a manifestação foram presos por soldados da Polícia Militar do Piauí e recolhidos para o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), ainda em funcionamento na época. Os jornais da semana que se seguiu ao ocorrido fizeram amplamente a cobertura desse episódio e de seus desmembramentos. Não se sabe, contudo, se em estrito cumprimento do dever de tornar pública esta notícia, ou se em solidariedade ao companheiro de profissão e presidente do sindicato da categoria dos jornalistas à época, Kenard Krueel, que fora vitimado durante as prisões. O jornal O Estado, do dia 02 de agosto noticiou:

A festa de reinauguração do Liceu Piauiense, ontem em Teresina, acabou se transformando num grande tumulto, que provocou a prisão de 10 pessoas, dentre elas dois líderes sindicais: o presidente do Sindicato dos jornalistas, Kenard Krueel, e o presidente da Associação dos Professores, João de Deus. Eles foram presos e autuados em flagrante na Delegacia do DOPS e enquadrados no artigo 42 do Código de Processo.<sup>ix</sup>

O quadro de violência contra os professores, denunciado pelo jornal, dá mais detalhes do ocorrido ao afirmar que ela foi iniciada quando o governador Alberto Silva chegou à sede do Liceu, sendo vaiado por manifestantes:

A polícia tentou evitar e terminou se envolvendo numa luta desigual com os professores. A professora Tailândia, ao ser perseguida por policiais, entrou numa residência e quando o dono da casa tentou socorrê-la foi recebido com um soco na boca, desferido por um policial que lhe quebrou um dente.<sup>x</sup>

A violência contra os manifestantes chocou tanto a imprensa local que o espaço cedido por ela para discutir sobre tal fato trouxe à tona um sério problema, até então pouco discutido pela sociedade piauiense – menos ainda por órgãos de comunicação de massa – o tratamento dado à educação pública e a seus educadores pelas autoridades públicas no Estado do Piauí. “As vaias ao governador e ao seu secretário de Educação também são manifestações democráticas, ainda que incômodas”. É o posicionamento do Jornal O Dia, através de seu editorial do dia 02 de agosto de 1989, sobre o tumulto ocorrido na manifestação, e prossegue o jornal: “Além do mais, nem só de aplausos vive o político, principalmente se ele não corresponde às expectativas dos que lhe colocaram no poder”.<sup>xi</sup>

A insinuação de descontentamento do jornal com a atitude do governo em relação aos professores é visível. Porém, nota-se que muito mais do que a agressão aos professores – que por si só chocou parte da sociedade – a comoção demonstrada pela imprensa na época revela um real temor ao retrocesso aos tempos do regime militar, pois durante a semana que sucedeu ao confronto entre policiais e professores o que mais se sente nas notícias e posicionamentos do período foram apelos em prol do respeito ao modelo democrático recém conquistado e ainda em processo de efetivação, além de constantes manifestações de repúdio às atitudes arbitrárias e violentas contra a liberdade de expressão – direito assegurado pela Constituição Federal aprovada em 05 de outubro de 1988 e em vigor desde então, portanto, um ano antes do confronto na Praça do Liceu.

As próprias denúncias feitas pelos jornais da ocorrência de prisões em clima de truculência – com a supervisão presencial do Secretário de Segurança, Xavier Neto – tanto demonstram os ares da ditadura militar rondando o Piauí como também que, mesmo com estes ares já era possível sentir sopros de democracia, uma vez que as denúncias em si já mostram uma relativa – mas significativa – conquista. Como a história não ocorre em saltos, observa-se neste episódio o quanto os “ares” ainda se sobrepunham aos “sopros”.

*“Eles já sabiam quem iam prender quando chegaram à praça”<sup>xii</sup>*. Afirmou a professora Maria Moura, ao referir-se aos planos da polícia em prender àqueles que eram considerados os responsáveis diretos pelas mobilizações, contrariando os argumentos usados pelos policiais de lutarem para manter a ordem pública alterada no momento pelos manifestantes.

Sem entrar no mérito de qual das duas interpretações é a “verdadeira”, preferimos apresentar o que mostra o Jornal O Estado sobre o caso, reconhecendo que o mesmo também é passível de demonstrar visões tendenciosas<sup>xiii</sup>:

As prisões começaram logo cedo, antes da solenidade de inauguração... O primeiro manifestante a ser preso foi o presidente da APEP, professor João de Deus. Em seguida foi a vez do professor Sá Batista, que foi arrastado pelo chão, até o carro da polícia. As professoras Lujan Miranda e Francisca Nascimento foram algemadas e levadas presas sem a mínima condição de defesa.<sup>xiv</sup>

Em nota oficial publicada na primeira página de todos os veículos escritos da imprensa local consultados, assinada pelo Secretário de Segurança, o governo do Estado justifica o

ocorrido como sendo fruto do “*comportamento afrontoso, desrespeitoso, perturbador e caracteristicamente hostil de um grupo de agitadores*”, tendo a prisão decorrido “*na forma da lei, sem violência, sendo autuados os que violaram a legislação vigente*”.<sup>xv</sup> A história pode ser contada conforme os interesses de quem a reconstitui, posto que não há realidade histórica acabada, que se entregue por si própria ao historiador, assim como as fontes históricas não se limitam apenas aos documentos escritos, devendo, como defende Jacques Le Goff (1998)<sup>xvi</sup>, procurar entender seus vestígios.

#### **4 - Valorização da Educação: algo além do discurso?**

Embora o governo não tenha escrito uma linha a respeito da greve e dos tumultos na praça Landri Sales, a reinauguração do Liceu, porém, ganhou destaque no discurso governamental e foi a principal ação referente aos feitos do Executivo para o 2º grau<sup>xvii</sup> no ano de 1989, citada na Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa, publicada em 15 de fevereiro de 1990: “*No ensino de 2º grau ressalto a recuperação de 6 unidades escolares, dentre elas o tradicional ‘Liceu Piauiense’ (Zacarias de Góis)*”<sup>xviii</sup>

Confere-se a grande ênfase dada ao caráter físico e estrutural das escolas, fazendo-nos supor que isso era considerado mais importante que o funcionamento da escola e o aprendizado dos alunos, uma vez que nada mais é dito neste documento oficial acerca do ensino de 2º grau regular no Estado. Aliás, este nível de ensino é o único contemplado neste documento junto como o Ensino Superior oferecido pela então FADEP (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí). Nos demais níveis de ensino menciona-se apenas que os mesmos foram apreciados com a recuperação de 55 prédios escolares<sup>xix</sup> e a instalação – através do SERSE (Serviço Social do Estado) – do Projeto Casa-Escola, que tinha por meta “*suprimir carências pedagógicas, alimentares e de saúde de crianças da faixa etária de 3 a 6 anos*”<sup>xx</sup>, tendo residências de famílias da comunidade, que em troca receberiam uma ajuda de custo do governo. A orientação pedagógica às crianças era dada por bolsistas, estudantes do curso normal, que recebiam um salário como forma de incentivo.

Constata-se através destes dados que no discurso oficial vigente em 1989, falar em investimento em educação implicava em construção ou renovação de prédios escolares, restringindo o apoio à educação formal apenas ao caráter arquitetônico. Isso, para muitos, é justificado pelo fato de o governador ser engenheiro civil. No entanto, esta justificativa só convence a quem não entende de administração dos bens públicos ou a quem é míope político e continua propagando a idéia patrimonialista de tratar a coisa pública como sendo bem particular.<sup>xxi</sup>

É óbvio que investir em infra-estrutura é fundamental para a condução eficiente da educação, mas este deve constituir-se como um elemento complementar, não como essencial, posto que o caráter cognitivo, as discussões teórico-metodológicas de ensino e as políticas públicas devem ser as temáticas centrais a serem discutidas por um governo realmente comprometido com a valorização do magistério e com a qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos, possibilitando aos primeiros o reconhecimento satisfatório pelo exercício da profissão e aos segundos, o respeito a suas necessidades e direitos de terem uma educação de qualidade que lhes dê condições dignas para aprender e participar da sociedade em que estão inseridos.

Pouco ou nada disso foi posto em prática no período analisado, uma vez que mesmo reconhecendo no início de seu mandato que o quadro social no Piauí era muito precário e que uma das formas de revertê-lo era investir em educação, tanto em ampliação de seus serviços como na qualidade do mesmo, a realidade que encontramos em nossa pesquisa foi o inverso: escolas paralisadas em virtude da greve de professores, que durara mais de cem dias, os alunos do ensino público estadual sem aula e sem terem perspectiva do retorno às aulas. Na semana seguinte aos tumultos na praça do Liceu, a Associação dos Professores da Rede Estadual de Ensino do Piauí – APEP – decidiu pôr fim à greve, para evitar comprometer o ano letivo dos estudantes no Piauí. O ano letivo foi concluído, mas com uma carga-horária inferior à estabelecida por lei na época que era de 180 dias letivos, dos quais aproximadamente a metade foi de greve.

## 5 - Considerações finais

Enquanto durante a década de 1980 o Brasil respirava democracia, tendo elaborado em 1988 sua primeira Constituição Federal pós-ditadura militar e, em 1989 vivia um eufórico clima de expectativa em voltar a escolher diretamente, através do voto, o presidente da República, o Piauí presenciava uma realidade educacional que se defrontava com este clima democrático – ao presenciar grande parte das escolas públicas estaduais fechadas devido à greve de professores, que exigiam melhores condições de trabalho.

Essa greve afetou diretamente os alunos, que tiveram sua aprendizagem comprometida durante aquele ano, havendo casos em que muitos evadiram-se da escola – embora a Secretaria Estadual de Educação não saiba precisar o quanto, por falta de informações em seus arquivos. Mesmo isso tendo ocorrido, a própria existência da greve já demonstra que de fato a sociedade piauiense já respirava os ares democráticos, reivindicando seus direitos através de assembléias, paralisações e greves.

---

<sup>i</sup> Karnak é a sede executiva do governo estadual do Piauí

<sup>ii</sup> Canção cantada durante a campanha eleitoral para governador, em 1986, e cantada por muitos professores na época, em favor da eleição de Alberto Tavares Silva, que já havia governado o Piauí segundo a entrevista da professora Maria Moura, concedida no dia 03 de março de 2003.

<sup>iii</sup> Jornal O Dia. 1989. Teresina, 02 de agosto de 1989.

<sup>iv</sup> Jornal O Estado. 1989. Teresina, 1º de agosto de 1989

<sup>v</sup> Ibid.

<sup>vi</sup> A chibata citada na canção não é a agressão sofrida pelos professores no dia 01/09/89, uma vez que atitudes violentas que ameaçassem a integridade física dos professores ainda não tinham existido até então. A chibata mencionada refere-se à aliança política feita entre Alberto Silva e seu vice, Lucídio Portela, candidato do PDS, formado por antigos integrantes da ARENA, que teve a chibata como símbolo implícito de seu governo quando fora governador do Estado do Piauí, de 13.03.1979 a 15.03.1983.

<sup>vii</sup> Paródias cantadas durante as reivindicações dos professores. As autorias são desconhecidas, uma vez que eram elaboradas sem identificação, para evitar quaisquer represálias, e entregue aos manifestantes, principalmente aos responsáveis por cantar durante as manifestações.

<sup>viii</sup> Paródia cantada pela professora Maria Moura, autoria desconhecida. Ibid

<sup>ix</sup> Jornal O Estado. 1989. Teresina, 02 de agosto.

<sup>x</sup> Ibid

<sup>xi</sup> Jornal O Dia. Ibid.

<sup>xii</sup> Foi o que disse uma das professoras presas durante a manifestação, Maria Moura. Ibid.

<sup>xiii</sup> DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourtette – mídia, cultura e revolução**. 1990. São Paulo. Cia. Das Letras, p. 18.

<sup>xiv</sup> Jornal O Estado. Ibid.

<sup>xv</sup> Nota Oficial publicadas nos Jornais O Estado e O Dia, em 02 de agosto de 1989, na primeira página de cada jornal.

<sup>xvi</sup> LE GOFF, J. 1998. **História Nova**, 4ª ed. São Paulo. Martins Fontes.

<sup>xvii</sup> Atualmente denominado de Ensino Médio desde a elaboração da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) entrou em vigor em 1996.

<sup>xviii</sup> PIAUÍ. Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa. 1990. Teresina, 15 de fevereiro . P. ix

<sup>xix</sup> PIAUÍ. Op cit. P. 33

<sup>xx</sup> Ibid. p. ix

<sup>xxi</sup> FAORO, Raymundo. **Os donos do poder : formação do patronato político brasileiro**. Vol. 01. 1997. 12ª edição. São Paulo. Globo.